

RESENHAS

Perry Anderson
*O Fim da História:
de Hegel a Fukuyama,*
Rio de Janeiro,
Jorge Zahar Editor, 1992, 145 p.

ROSA MARIA VIEIRA (Professora
de Sociologia da Fundação Ge
túlio Vargas - São Paulo)

A derrocada do Leste e o colapso da URSS permitiram que alguns ideólogos alardeassem, de pronto, a vitória final do capitalismo e vissem aí a evidência empírica do fracasso das proposições de Marx. Fazendo coro com a onda apologética das virtudes do mercado livre, Francis Fukuyama, membro da equipe de planejamento do Ministério Exterior norteamericano, publicou, em 1989, na revista *National Interest*, o ensaio "The End of History?", transformado, a seguir, no livro *The End of History and Last Man* (no Brasil, *O Fim da História e o Último Homem*, Rocco (1992)).

Nestes trabalhos, sustentando-se teoricamente nas interpretações de Hegel feitas por Alexandre Kojeve, Fukuyama afirma que a humanidade chegou ao ponto final de sua evolução ideológica com o triunfo da democracia liberal do Ocidente. Vitorio-

sa na Europa, depois de ter destruído o fascismo e o grande inimigo do pós-guerra, o comunismo, esta forma racional e definitiva de organização do Estado e da sociedade se expande agora, inexoravelmente, também pela Ásia - Japão, Coréia do Sul, Taiwan. Fora da civilidade do capitalismo liberal apenas alguns resíduos localizados de passado histórico, no Terceiro Mundo subdesenvolvido: nacionalismo sem pretensões universais, fundamentalismos de comunidades religiosas, enfim, excrescências impregnadas de toxinas ideológicas e tensões étnico-políticas, que não comprometem a tendência geral e que serão, mais cedo ou mais tarde, eliminados. Porém, mais do que propriamente o término de conflitos ou mudanças circunstanciais, o fim da história representa, sobretudo, o esgotamento de qualquer alternativa possível ao capitalismo democrático liberal.

As concepções de Fukuyama - variante otimista do discurso filosófico do fim da história, em que a política e a história ocupam o primeiro plano

ganharam ampla divulgação, numa bem urdida estratégia de *marketing*, que o transformou num dos mais divulgados apologetas das excelências do livre mercado, na atualidade.

Mas tão grande quanto a amplitude da difusão pela mídia, foi a controvérsia gerada pelas teses de Fukuyama. Intelectuais conservadores, liberais, social-democratas e marxistas, com perspectivas diversas, criticaram suas proposições, objetando uns que, na base das formulações, havia uma deturpação de Hegel, e apontando outros que o tratamento da época contemporânea era displicente e laudatório. No âmbito da esquerda destacaram-se, particularmente, as críticas de Perry Anderson, ex-editor da *New Left Review*, no livro *O Fim da História: De Hegel a Fukuyama* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992).

A originalidade da tematização de Anderson está na idéia de que esta nova versão do fim da história, mesmo sendo um produto imediato do colapso do Leste, tem atrás de si um intrincado *background* teórico, cuja elucidação permitiria o esclarecimento das questões políticas subjacentes. Por isso, nos três primeiros capítulos do livro, procurando apreender o fim da história "a partir de seu começo", faz um levantamento das diferentes versões do encerramento da evolução social humana, elaboradas a partir de Hegel, o principal avalista filosófico invocado por Fukuyama.

Tomando a vertente hegeliana de final do século XVIII como contraponto - e procurando ver até onde a construção de Fukuyama estava autorizada a recorrer à autoridade de He-

gel -, Perry Anderson analisa as idéias de alguns teóricos como Antoine-Augustin Cournot, um dos ancestrais da economia neoclássica e o pioneiro da moderna teoria do preço; Alexandre Kojève, intérprete contemporâneo de Hegel a quem creditava uma concepção integral do fim da história como etapa do desenvolvimento humano, de acordo com a lógica da modernidade e, finalmente, de um conjunto de pensadores contemporâneos da *Posthistoire* como Henri de Man, Arnold Gehlen e, até mesmo, Jürgen Habermas.

Recuperada a história intelectual existente atrás das teses de Fukuyama, Anderson mostra como, num tempo histórico propício - a *débâcle* soviética -, combinaram-se, na aclamação teórica da vitória da democracia capitalista, os legados filosóficos de Hegel e Kojève. De Hegel vieram "o constitucionalismo da *Rechtsphilosophie*" (o liberalismo de Hegel) e o "otimismo de sua concepção do próprio fim, como concretização da liberdade na terra". De Kojève, "o sentido de centralidade do hedonismo do moderno consumo, e da caducidade da significação tradicional do Estado Nacional". Em síntese, "a combinação da democracia liberal e a prosperidade capitalista num enfático nó terminal" (pp. 81, 82).

Segundo Perry Anderson, para a interpretação das grandes questões mundiais, da virada dos anos 90, Fukuyama concebe uma direcionalidade na evolução humana em razão "do avanço cumulativo do conhecimento técnico", impulsionado a partir do nascimento da ciência moderna. A

razão científica obrigaria, paulatinamente, todos os Estados a modernizarem-se, sob pena de não sobreviverem às pressões das potências mais avançadas e "abrir horizontes ilimitados de desenvolvimento econômico para a satisfação de necessidades materiais". Impondo a racionalização do trabalho e da administração, a ciência eleva os padrões de vida a níveis antes insuspeitados, criando "uma economia industrial madura", selecionando "o capitalismo como o único sistema eficiente - porque competitivo - para elevar a produtividade dentro de uma divisão global do trabalho" (pp. 94, 95).

Apesar de admitir que "uma economia capitalista bem-sucedida não garante necessariamente a democracia política" (p. 95), Fukuyama vê a revolução liberal varrendo o globo e tornando seus princípios irresistíveis. As demonstrações empíricas evidenciam-se no colapso - sem violência de ditaduras no mundo todo e na destruição do mito de que "os retardatários do mercado mundial estão condenados à penúria e à dependência" (p. 96). A prosperidade capitalista, enfim, ao alcance de todos os países, sem distinção, desde que respeitados os princípios da economia liberal. Taiwan, Coréia, Cingapura e, talvez, logo a seguir, Tailândia e Malásia, seriam a demonstração eloqüente de que o liberalismo "subsiste como única aspiração coerente que abarca diferentes regiões e culturas em todo o globo", não se podendo imaginar um mundo "essencialmente diferente do atual e, ao mesmo tempo, melhor", "um futuro que não seja essencialmen-

te democrático e capitalista" (p. 97). Mesmo ainda não realizada em toda a parte, a revolução liberal não teria competidores à altura: sinal inequívoco do fim da história.

Anderson dedica-se longamente à refutação das teses de Fukuyama, apontando limites teóricos, debilidades de fundamentação e, principalmente, óbvias implicações ideológicas. Basta-nos, porém, seu questionamento quanto à projeção de um futuro taiwanês para todo o Terceiro Mundo. Segundo ele, mesmo supondo-se que o crescimento de Taiwan (cujá renda *per capita* é metade, apenas, da norte-americana) possa tornar-se corriqueiro para os países subdesenvolvidos - o que não é realidade -, não há nenhuma possibilidade de reprodução dos padrões de consumo do Primeiro Mundo, pois este estilo de vida pressupõe necessariamente sua restrição a uns poucos privilegiados.

"Se todas as pessoas da Terra possuíssem o mesmo número de geladeiras e automóveis que as da América do Norte e da Europa Ocidental, o planeta ficaria inabitável. Hoje, a ecologia global do capital, o privilégio de uns poucos, requer a miséria de muitos, para ser sustentável. Menos de um quarto da população do mundo detém atualmente 85% da renda mundial, e a diferença entre as participações das zonas avançadas e atrasadas ampliou-se ainda mais nos últimos cinqüenta anos. A diferença entre os padrões de vida na Europa e na Índia e China aumentou de uma proporção de 40:1 para 70:1 só entre 1965 e 1990. Nos anos 80, mais de 800 milhões de pessoas - mais do que as po-

pulações da Comunidade Européia, Estados Unidos e Japão somadas - tomaram-se ainda mais excruciantemente pobres, e uma de cada três crianças passava fome" (p. 110).

Por isso, talvez, nem mesmo Fukuyama esteja plenamente convencido de sua argumentação falaciosa, pois não prevê relações pacíficas entre as zonas privilegiadas do capitalismo liberal e as áreas de infortúnio e pobreza. Projetando conflitos e tensões sugere, profilaticamente, a salvaguarda dos fornecimentos de petróleo, o bloqueio da exportação de tecnologia avançada, especialmente a nuclear, e a contenção da imigração dos miseráveis para os países ricos.

Não basta, no entanto, expor a vulnerabilidade das teses de Fukuyama, demonstrando como elas atenuam ou ignoram os problemas do capitalismo liberal. É preciso indicar uma alternativa viável à exaltação dos méritos genéricos do livre mercado. Na discussão dessa alternativa, o livro de Perry Anderson, no último capítulo, sofre uma inflexão essencial, pois, afastando qualquer identidade entre crise do Leste e o fim do socialismo, trata de analisar a situação contemporânea da teoria socialista e suas perspectivas para enfrentar com êxito o prolongado mal-estar estrutural do capitalismo, para o qual as forças de mercado não têm solução.

Instrumentalizado pela referência a alguns paradigmas da cultura de esquerda, quanto a diferentes versões para o futuro do homem, e considerando que a grande crise do capitalismo avançado, evidenciada nos anos 70, não foi equacionada, levando à redução das taxas de lucro à metade das registradas no pós-guerra, e que o "estreitamento dos vínculos na ordem capitalista mundial está fadado, de qualquer modo, a forçar as tremendas pressões de pobreza e exploração no Sul a repercutir pela primeira vez no próprio Norte", Perry Anderson acredita na possibilidade de "uma nova agenda internacional para a reconstrução social". Nesse caso, o socialismo, se capaz de equacionar essas tensões e conflitos, seria "redimido como legítimo programa para um mundo mais igual e mais habitável" (p. 142).

Num tempo em que a prolongada crise do capital gera a barbárie, a inércia, alimentando as pretensões hegemônicas do pensamento neoliberal, que nega o devir histórico enquanto transformação radical do capitalismo, o livro de Perry Anderson sinaliza em direção à necessária luz. Para além das evidências de uma suposta eternização do mundo fetichizado das mercadorias, está a percepção de que a história, longe de findar, gesta, na realidade, as condições de sua transformação.

Alex Callinicos
A Vingança da História
O Marxismo e as Revoluções do
Leste Europeu
Jorge Zahar Editor,
Rio de Janeiro, 1992, 172 pp.

ARMANDO BOITO JR. (Professor
do Departamento de Ciência Política do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Unicamp)

Para O autor, o sistema econômico da antiga URSS consistia num capitalismo burocrático de Estado, cujo desenvolvimento e reprodução davam-se em base fundamentalmente autárquicas. O Estado soviético, nessa linha de raciocínio, seria um Estado de classe que organizava a dominação política de uma burguesia de tipo novo.

Partindo desse ponto de vista, o autor não lamenta, sequer nas entrelinhas, a desagregação da União Soviética. Vê as revoluções do Leste Europeu como movimentos políticos que derrubaram regimes de ditaduras burguesas, sem terem, por causa disso, eliminado a dominação social da burguesia burocrática. Tais revoluções deixaram intocado o aparelho de Estado, liquidando apenas os regimes políticos ditatoriais. A antiga burguesia burocrática estaria "movendo-se para o lado", procurando integrar-se a outra variante do capitalismo, o capitalismo privado multinacional, movimento que seria facilitado pelas ilusões liberais amplamente dominantes nos movimentos democráticos do Leste Europeu.

A idéia de Callinicos é que, enquanto foi possível um crescimento

industrial extensivo, baseado na incorporação de matérias-primas e mão-de-obra abundantes, o capitalismo estatal autárquico pôde funcionar bem. A partir do momento em que o crescimento passou a depender da intensificação da produtividade baseada na inovação tecnológica, o isolamento da URSS em relação ao capitalismo multinacional bloqueou o crescimento e gerou uma estagnação crônica. Essa estagnação teria levado a uma insatisfação difusa nas classes trabalhadoras formadas pela industrialização e pela urbanização, configurando uma crise de hegemonia (Gramsci) e convencendo uma parte da burguesia burocrática da necessidade da integração com o capitalismo multinacional - o caminho procurado pela reforma econômica de Gorbatchov. Callinicos dá dados importantes sobre as inúmeras propostas oriundas da alta burocracia das grandes empresas estatais que propunham a associação com o capital multinacional. O autor não estimula nenhuma ilusão sobre a *perestroika*. Gorbatchov não queria reformar o socialismo (que não existia), mas "mover-se para o lado", integrando o capitalismo estatal e autárquico soviético ao capitalismo (dominante) privado e multinacional ocidental.

O livro não participa, portanto, da tendência, observada em alguns trabalhos recentes sobre o tema, que

consiste em recuperar, com pequenas modificações, as teses de Trotski sobre a natureza da antiga URSS. Esse novo trotskismo teórico, eclético e de crise mantém, diante do rotundo fracasso da experiência soviética, a mesma atitude ambivalente que os trotskistas mantinham diante da antiga URSS: crítica à orientação política do Estado soviético e defesa da URSS, entendida como um "Estado operário degenerado" - o que seria operário naquele Estado? qual o estatuto teórico da metáfora biológica indicada pelo termo degeneração? Polemizando de maneira franca, Callinicos mostra algumas das mistificações que as teses de Trotski produziam. Vale a pena lembrar a citação do intelectual trotskista Ernest Mandel, que escrevia ainda em 1980: "Mais uma vez, a história demonstrou que uma economia baseada na propriedade coletiva dos grandes meios de produção, no planejamento central e no monopólio estatal do comércio exterior é qualitativamente superior a uma economia de mercado capitalista em sua capacidade de evitar grandes flutuações cíclicas, crises de superprodução e desemprego, a despeito dos desperdícios e dos desequilíbrios..." (Callinicos, p. 54). Falar em propriedade coletiva dos meios de produção e em superioridade da economia soviética dez anos antes do fiasco final, cuja raiz foi justamente a mediocridade do capitalismo burocrático, é revelador.

Posição similar era defendida por grande parte dos animadores da *New Left Review* que, embora simpatizassem com os movimentos democráti-

cos dos países do Leste, mantinham o apoio crítico aos Estados que sufocavam aqueles movimentos, já que se aferravam à tese do trotskista Isaac Deutcher, que considerava a URSS uma conquista do movimento operário internacional. A *New Left Review* não poderia deixar de ver, portanto, o fracasso da ditadura capitalista soviética como uma derrota da esquerda, engrossando a onda que identifica o fracasso da URSS com fracasso do socialismo.

Se na antiga URSS havia um capitalismo burocrático de Estado, qual a relação desse sistema social com a revolução de 1917?

Callinicos argumenta que há uma ruptura entre, de um lado, a revolução de 1917, uma revolução operária e socialista, e, de outro lado, o que ele chama de contra-revolução stalinista de 1928-32, que, esta sim, teria dado origem ao capitalismo de Estado.

Para o autor, a ruptura instaurada pela contra-revolução stalinista (coletivização forçada da terra, industrialização acelerada, coerção sistemática, cooptação da elite política da classe operária por meio da ascensão social) deveu-se a fatores históricos objetivos - guerra civil, redução drástica e renovação da classe operária do período da revolução, isolamento da revolução em um só país. Ele polemiza, nesse caso, com aqueles que atribuem os rumos tomados pela URSS a partir dos anos 30 à ideologia bolchevique. Sua análise não é capciosa como a dos autores que apresentam esses fatos objetivos mais a título de justificação do que de explicação do que ocorreu

na URSS. Isto é, ele não sugere nenhuma condescendência com o capitalismo burocrático soviético e com sua política de grande potência, com base na origem "heróica" da burguesia burocrática.

Callinicos incorre, contudo, nessa polêmica, no que consideramos um destaque unilateral às condições objetivas. O resultado disso é que ele não apresenta nenhuma análise crítica do marxismo do Partido Bolchevique. Ora, inúmeras idéias-forças do núcleo dirigente do Partido Bolchevique contribuíram para a ascensão e, finalmente, para a hegemonia das forças que lutavam por uma via capitalista nacional estatal no processo revolucionário soviético. Idéias e silêncios bolcheviques particularmente significativos: identificação de estatização e planejamento centralizado com socialização dos meios de produção, concepção tecnicista das relações de trabalho, com a conseqüente defesa da gestão econômica dos especialistas em detrimento da unidade dos produtores diretos com os meios de produção, silêncio sobre os meios concretos para promoção da substituição da burocracia de Estado pelo autogoverno dos produtores, negligenciamento da importância da participação ativa do campesinato, a esmagadora maioria da população soviética, no processo de construção de uma nova forma de organização econômica (a sociedade soviética dos anos 20 comportava a construção imediata do socialismo?) etc. Afinal, a implantação de um capitalismo de Estado na URSS não passou pela construção de um novo partido, mas apenas pela depuração do Partido Bol-

chevique. Callinicos acaba fazendo uma história crítica da URSS, sem fazer um balanço crítico dos marxismos do século XX. Não nos parece que tais fenômenos possam ser desconectados.

Nesse ponto, como em muitos outros, consideramos que a reflexão do autor ressent-se do fato de ele ignorar a bibliografia dos marxistas franceses que desenvolveram um trabalho pioneiro, ao longo dos anos 70, de análise marxista da sociedade soviética. Charles Bettelheim, Bernard Chavance, Robert Linhart e outros trataram o processo revolucionário aberto em 19] 7 e o processo político soviético das décadas subseqüentes como processos movidos pela luta de classes (e não pela luta entre frações ou personalidades políticas) e forneceram análises inovadoras e esclarecedoras sobre os rumos da URSS e a natureza do tipo particular de capitalismo que se erigiu na seqüência da revolução soviética. Callinicos ignora toda essa bibliografia ao longo do seu livro, descartando os trabalhos inspirados no maoísmo como "stalinismo de esquerda". Isso é particularmente estranho, quando se observa que o autor encampa uma das teses centrais do maoísmo, ou seja, a tese de que a URSS era uma formação social capitalista.

A última parte do livro contém, talvez, a discussão mais interessante. Callinicos polemiza com os defensores do chamado "socialismo de mercado" e com os autores que reivindicam um "socialismo democrático", entendendo por democracia a forma histórica que ela assume no modo de

produção capitalista. O autor retoma a análise marxista do mercado - evidenciando a sua conexão com a exploração, a anarquia e a igualdade formal- e desenvolve argumentos, alguns já conhecidos, outros novos, para caracterizar a democracia moderna como uma democracia burguesa. Os "socialistas de mercado" incorreriam em dupla mistificação: de um lado, ao tomar o comando burocrático da economia soviética como planejamento socialista, de outro lado, ao conceber o mercado vigente no capitalismo ocidental contemporâneo como uma realização do modelo de mercado competitivo apresentado nos manuais neoclássicos de economia. Dupla mistificação que bloqueia o desenvolvimento de propostas de ajuste entre oferta e demanda que não sejam nem mercantis, nem burocraticamente programadas.

Callinicos não circunscreve a sua reflexão sobre a democracia socialista ao universo estreito do liberalismo. Não silencia sobre a questão do Estado, como fazem os autores que se esmeram na discussão sobre o pluralismo e o parlamento, sem se pronunciar sobre a continuidade ou liquidação, na transição ao socialismo, da burocracia civil e militar do Estado burguês. O autor retoma a análise de Marx no opúsculo *A Guerra Civil na França*, e, referenciando-se em algumas experiências dos processos revolucionários do século XX, reabre a discussão sobre um Estado de novo tipo, que seria já um semi-Estado: como organizar um poder público sem uma camada burocrática inamovível e separada da produção? como conceber o (necessá-

rio) pluralismo socialista? como criar condições para que as massas possam usufruir plenamente da liberdade de expressão, de reunião e de associação?

Existe, hoje, algo que poderíamos denominar antimarxismo vulgar, que tem atribuído aos marxistas uma ideologia milenarista, cujo objetivo seria nada mais, nada menos, do que uma versão sofisticada da utopia messiânica de construir um paraíso sobre a terra. É uma contribuição importante deste livro o tópico dedicado à reflexão sobre a natureza dos conflitos sociais e os modos de resolvê-los numa sociedade sem classes e sem Estado, isto é, sob o comunismo. Sim, o mundo pode mudar de base, como proclama a Internacional, mas os conflitos, sem serem conflitos de classe, persistirão, e é possível à sociologia analisar, de modo mínimo e prospectivo, a particularidade de tais conflitos na ausência da luta de classes e de um Estado burguês. Sobre o que poderão versar tais conflitos? Que tipos de clivagem provocarão na sociedade? Como serão dirimidos?

O intelectual burguês, que é burguês porque seu horizonte intelectual não vai além das relações sociais próprias do capitalismo, informado, muitas vezes de segunda mão, de que os socialistas querem liquidar as diferenças de classe, concluem que os socialistas querem acabar com todas as diferenças, impondo um mesmo estilo de vida e um mesmo pensamento a todos os indivíduos. Não percebe que é justamente o capitalismo que comprime, limita e rebaixa a expressão das múltiplas aspirações individuais, condenando a maioria da população a

meramente sobreviver, e a minoria a agir (nesse caso, com bastante diligência e satisfação) como funcionária do capital. Mais despreendido, como se exige que seja o cientista social, Callinicos pode vislumbrar, com base em conjecturas plausíveis, uma sociedade dinamizada por uma miríade de conflitos, pluralista sem ser segmenta-

ADILSON MARQUES GENNARI
(Professor do Departamento de Economia
da Universidade Estadual Paulista, Campus
de Araraquara)

Vivenciamos neste final de século uma grande efervescência nas fronteiras das ciências sociais. No entanto, é possível afirmar que uma boa parte dos cientistas sociais, e em especial dos economistas, estão submersos no chamado paradigma fornecido pela economia moderna, ou "ciência econômica" do século XX, quase sempre com seus postulados traduzidos em manuais e ensinados nas melhores escolas de economia do país como a "verdadeira ciência econômica".

À economia clássica, ou para não haver enganos, à economia política, ficou reservado quase que o restrito espaço de uma parte de uma disciplina nos cursos de economia. Não são poucos os reflexos daninhos em nossa

da de modo sistemático por lutas inconciliáveis, e submetida ao princípio democrático da regra de maioria - princípio que pode ser aplicado, ao contrário do que pensa o intelectual burguês, sem a tutela burocrática de uma Justiça Eleitoral. Pode-se praticar a política sem que exista um aparelho de Estado.

Mauricio Chalfin Coutinho

Lições de Economia

Política Clássica,

São Paulo/Campinas, Hucitec/ Ed.
da Unicamp, 1993, 225pp.

capacidade de elucidação dos graves problemas econômicos e sociais que enfrentamos. É característica dos clássicos uma profunda honestidade intelectual no sentido de desvendar os verdadeiros determinantes ou os mistérios dos fenômenos econômicos e sociais de sua época em toda a sua profundidade e extensão. Esta foi talvez a primeira lição dos clássicos.

O livro de Mauricio Coutinho representa um esforço singular de nos trazer à memória a necessidade de um maior contato com os escritos originais do pensamento econômico clássico. Coutinho busca esta meta não por meio de uma reconstituição apriorística do pensamento econômico, mas procura reconstituir a riqueza do pensamento clássico a partir do "ambiente" que lhe deu vida, ou seja, como manifestação intelectual das mudanças advindas com o surgimento do mundo moderno.

As categorias valor, preço, renda, riqueza e população, nucleares no pensamento clássico, deixam de ser tratadas de forma "árida", como "dados" acessíveis apenas para iniciados em manipular "variáveis", e ganham vida ao serem entendidas como categorias históricas, que surgiram com a complexificação da sociedade mercantil.

Deste ponto de vista, tais categorias passaram a fazer parte crescentemente da preocupação intelectual dos homens desde o século XVII, culminando com uma verdadeira condenação no tempo de obras sobre o assunto, na segunda metade do século XVIII, momento de profundas transformações na sociabilidade humana: era a época das revoluções burguesas, das guerras de independência e das mudanças provocadas pelo processo da Revolução Industrial.

Era também o momento do nascimento da economia política, que passou pela produção intelectual de Quesnay, Cantillon, Hume, James Steuart e culminou com a publicação de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Surgia uma nova esfera de preocupação intelectual, que tinha por objetivo fundamental estudar "as relações entre os homens, na reprodução da vida material". Como bem sugeriu Coutinho, "filósofos, cientistas e livre-pensadores passaram a reconhecer que os rudes temas da vida comercial não apenas possuem unidade como também apresentam comportamento suscetível de demonstração científica, por meio de procedimentos metodológicos peculiares".

Fundava-se a nova ciência com fortes pilares no desenvolvimento agrícola, comercial e manufatureiro ocorrido no processo da Revolução Industrial e nos avanços conquistados a nível da filosofia do direito natural e no pensamento liberal. Enfim, no âmbito mais genérico do Iluminismo que forneceu as idéias revolucionárias nas quais o homem, por meio da razão, poderia ser senhor de si mesmo, observar as forças imutáveis da natureza e se libertar dos dogmas religiosos dominantes.

É um fato bastante difundido que a Inglaterra forneceu um ambiente bastante propício para o desenvolvimento da economia política, fato este determinado pelas suas peculiaridades históricas. No entanto, emergiu na França um interessante grupo de intelectuais que buscava compreender e dar respostas ao relativo atraso da economia francesa. O grupo acabou por fundar a importante escola fisiocrática.

Coutinho ressalta que o "quadro econômico" de Quesnay é o ponto de síntese de uma escola que aplicou ao ambiente econômico francês os mesmos pré-requisitos que fundaram a reflexão econômica do século XVIII.

O pensamento fisiocrático é abordado no livro de Coutinho como um esforço que introduziu definitivamente a temática do capital à reflexão econômica.

É com *A Riqueza das Nações* de Adam Smith que a economia política clássica ganhará grande amplitude enquanto temática própria e uma ciência do pensamento econômico. Para Cou-

tinho, *A Riqueza das Nações* "é uma síntese da temática típica da reflexão econômica dos séculos XVII e XVIII, reunindo, de modo original e em uma trama coerente, os fios antes dispersos da cena material e cultural do capitalismo nascente".

Outra obra-prima da economia política clássica trabalhada no livro de Coutinho é *Um Ensaio sobre o Princípio da População*, de Thomas Robert Malthus, que "pretendia ser um libelo contra concepções igualitaristas tomadas populares após a Revolução Francesa". Malthus constituiu-se em grande representante das causas conservadoras na Inglaterra do início do século XIX. Seu relacionamento com David Ricardo foi bastante intenso, de modo que "não podemos entender as contribuições maduras do autor senão como uma contraposição obstinada à teoria ricardiana do valor e da produção".

O trabalho de Coutinho vai ao fundo do conteúdo da obra de David Ricardo e privilegia aspectos como renda da terra, determinação do lucro, formação do valor e teoria do capital.

Para Coutinho, "Ricardo toma para si o papel de guardião da continuidade na economia política inglesa, estabelecendo, simultaneamente, uma ruptura marcante com a tradição". É que o problema fundamental colocado por Ricardo em seus *Princípios de Economia Política e Tributação* era o da determinação das leis que regulam a distribuição do produto entre as classes sociais, e portanto deixou de ser, como em Smith, a determinação

das origens e das causas da riqueza das nações. Desse modo, Ricardo transitou do problema da riqueza para o da distribuição e do valor.

A razão da mudança tem a ver, em parte, "com a maturidade e com o paulatino distanciamento do ambiente original, caracterizado pela oposição às concepções mercantilistas de riqueza".

Após um relativo distanciamento da economia política de suas origens filosóficas, coube a Ricardo, paradoxalmente um dos menos filosóficos, restabelecer o contato, na medida em que sua reflexão tem como base essencial a categoria-síntese com intenso fundo filosófico representada pelo valor-trabalho.

É de conhecimento geral que vivenciamos no final do século XX profundas mudanças nas estruturas econômicas e na sociabilidade capitalista, que vieram acompanhadas do surgimento e consolidação no plano da produção intelectual de várias escolas inspiradas na teoria das expectativas racionais e no chamado individualismo metodológico, tributário dos velhos postulados neoclássicos.

É justamente nesse contexto de grande efervescência intelectual nas ciências sociais que o trabalho de Mauricio Coutinho ganha relevância, ao chamar-nos a atenção para a leitura dos clássicos e essencialmente para a riqueza ali contida. Toma-se deste modo interessante e apropriado para aqueles cientistas sociais e principalmente economistas que não se contentam com análises que se esgotam no aspecto fenomênico ou aparente da realidade.

MARISA LAJOLO (Professora do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos de Linguagem da Universidade Estadual de Campinas)

É quase ao término do longo primeiro capítulo de seu *O Inconsciente Político: A Narrativa como Ato Socialmente Simbólico*,¹ que Fredric Jameson explicita a hipótese que dá nome ao livro: conceber a narrativa como prática coletiva na qual se codificam "'soluções' imaginárias ou formais para contradições sociais insolúveis" (p. 72). A tese parece de inspiração antropológica; *O Inconsciente Político*:... retoma formulações de Levy Strauss; já mencionado no capítulo final do livro anterior (1971) de Jameson, *Marxismo e Forma*; Jameson endossa que "o texto visual da arte facial dos Cadivéu constitui um ato simbólico, por meio do qual as reais contradições sociais, insuperáveis em si mesmas, encontram uma resolução puramente formal no reino da Estética" (p. 72). A partir daí, Jameson considera que "a ideologia não é algo que informa ou envolve a produção simbólica; em vez disso, o

Fredric Jameson

O Inconsciente Político,

São Paulo, Ática, 1992, 305 pp.

ato estético é em si mesmo ideológico" (p. 72), premissa da conclusão segundo a qual "a produção da forma estética ou narrativa deve ser vista como um ato ideológico em si próprio" (p. 72) de forma que "todos os artefatos culturais devem ser lidos como resoluções simbólicas das verdadeiras contradições políticas e sociais" (p. 73).

No *dever* da frase acima, a vontade de ter encontrado - finalmente!o elo (perdido?) das relações da cultura com a sociedade.

É assim que este livro de Jameson se inscreve na longa linhagem de pensadores que, há muito tempo, vêm se dedicando à questão central das relações entre a produção cultural - aí incluída a literatura - e a sociedade, questão que, na perspectiva marxista, se traduz na discussão das relações (possíveis? inevitáveis? desejáveis?) entre a *infra* e a *superestrutura*.

Em sua obra anterior, *Marxismo e Forma*,² Jameson repassa de forma abrangente as teorias dialéticas da literatura no século XX, e, neste repas-

1. *O Inconsciente Político. A Narrativa como Ato Socialmente Simbólico*, São Paulo, Ática, 1992. Tradução de Valter Lellis Siqueira. Revisão de tradução: Maria Elisa Cevalco. A menos que de outra forma apontado, as citações deste trabalho são extraídas desta edição, indicando-se, entre parênteses, o número das páginas.

2. Publicado em 1971 nos Estados Unidos e lançado em 1985 pela Hucitec no Brasil, em competente tradução de Iumna Maria Simon, Ismail Xavier e Fernando Oliboni.

se, é como se o crítico não só limpasse o terreno e fizesse a terraplanagem, mas, sobretudo, arregaçasse as mangas, providenciasse credenciais e reunisse os materiais necessários para a tarefa de *O Inconsciente Político*: a construção de uma outra teoria dialética, senão da literatura, ao menos da narrativa, e, com certeza, da narrativa literária.

Assim, então, o livro de Jameson - agora disponível para o público brasileiro - propõe uma interpretação política para a tão antiga prática narrativa; coerentemente com esta proposta e visando à sua viabilização argumentativa, o texto acompanha, ao longo de diferentes modalidades narrativas que discute, diferentes temporalidades históricas que formatam diferentes narrativas, do conto de fada ao romance de Conrad.

Ou seja, na mais genuína tradição dos estudos literários, Jameson faz acompanhar sua proposta teórica de uma prática analítica que a sustenta, dando-lhe (à teoria) verossimilhança.

Na teoria jamesoniana ganha relevo o postulado da narrativa como um ato de linguagem de dupla articulação, simultaneamente *forma* e *símbolo*. Ao conceber a narrativa como *forma simbólica* na qual se encontram codificadas contradições políticas e sociais, a proposta de Jameson retoma, em seu primeiro termo (*forma*), uma das conclusões de *Marxismo e Forma*: a prevalência da *forma*, como categoria fundamental de análise dialética: "(...) a forma não é (...) um padrão ou molde inicial, aquilo com que começamos, mas antes como aquilo com que terminamos, como a articula-

ção final da lógica mais profunda do próprio conteúdo" (p. 252) ou "o conteúdo, por meio de sua própria lógica interna, gera as categorias em termos das quais ele se organiza numa estrutura formal - e em cujos termos deve, conseqüentemente, ser estudado" (p. 257). Quanto ao segundo termo (*simbólico*), a noção de símbolo também já se encontra presente no capítulo final da obra de 1971 quando, ao sublinhar formulações sartreanas (e aderir a elas?) que "consideram o fenômeno literário específico algo que chama a atenção para suas características estruturais peculiares algo que se identifica como um processo de *simbolização* que é consciente de si mesmo como 'irrealizando' o mundo" (p. 301, grifo no original), Fredric Jameson parece já antecipar reflexões de *O Inconsciente Político* que desdobram e aprofundam o que já era cintilação em *Marxismo e Forma*.

Jameson *revisited*, e com todo o direito.

São estes, pois, porto de partida e de chegada da viagem em que Jameson navega (e com ele seus leitores) ao longo das páginas de seu livro. As últimas vinte, intituladas "Conclusão", têm por subtítulo "A Dialética da Utopia e da Ideologia". Ao longo do livro as premissas e hipóteses, no caminho de tornarem-se conclusões, refinam-se.

Refinam-se muito, sempre de forma instigante.

Refinam-se, primeiro, na discussão dos diferentes horizontes que Jameson estabelece como contextos sucessivos de leitura; refinam-se ainda mais depois, na leitura que o autor

propõe para algumas obras da tradição ocidental, em fascinante virtuosismo analítico que ocupa a maior parte do livro. Assim, ao aportar com o Jameson ao capítulo final, o leitor fiel respira aliviado, ganhando, no CQD que encerra a obra, a recompensa pelo esforço de acompanhar a linguagem cerrada do texto.

As teses fundamentais do livro, quais sejam, 1) *o caráter socialmente simbólico da narrativa*, 2) *a necessidade de uma interpretação política deste simbolismo* e 3) *as vantagens da perspectiva marxista para esta interpretação*, não podem ser formuladas e menos ainda discutidas (defendidas?) nesta véspera do século XXI, sem levar em conta que tal formulação e discussão ocorrem - sobretudo na universidade norte-americana, hábitat de Jameson - em plena maré de correntes pós-estruturalistas de recorte desconstrucionista.

A edição americana de *The Political Unconscious* é de 1981; posterior de dez anos a *Marxism and Form*, e nove a *The Prison House of Language*, de 1972. Se se considerar 1967, ano em que Derrida publica *L'Écriture et la Différence*, como marco inicial da desconstrução cujas propostas a partir dos anos 70 e da Universidade de Yale se disseminam pela crítica norte-americana por meio de Paul de Man, Barbara Johnson e Hillis Miller, percebe-se a gênese simultânea de ambas as formulações: *desconstrucionismo & marxismo à la Jameson* crescem juntos, o que, obviamente, justifica o empenho do último em explicar e defender suas posições a partir de perspectivas diametralmente opostas às da

desconstrução, que advoga a desestabilização do significado e a conseqüente impossibilidade (ou irrelevância...) teórica de discutir-se a interpretação.

Assim, o livro de Jameson compra a briga contemporânea em torno da *interpretabilidade* ou da *não-interpretabilidade* da obra literária; compra a briga e paga à visLa, L:negando inclusive a oferecer um sentido marxista à desconstrução ao sugerir que, em vez de invalidar a hermenêutica, se proponha "um modelo hermenêutico novo, mais adequado, imanente ou antitranscendente" (p. 20), constituindo O *Inconsciente Político* tentativa desta apresentação e desta hermenêutica.

Para Jameson, a obra literária não só *pode* ser interpretada, como a interpretação prioritária é a interpretação política e, mais ainda, a interpretação política correta é a marxista, segundo ele a única que mantém ao mesmo tempo o necessário respeito à individualidade do passado, juntamente com os termos possíveis para a construção de solidariedade com o presente.

Encaminhando esta resolução dialética do confronto passado/presente, Jameson recorre a O *Manifesto* de Marx e Engels para definir a história como ininterrupta luta de classes, postulando a inscrição desta história não apenas na narrativa literária, mas em todos os artefatos culturais (p. 18) os quais, por sua vez, também se inscrevem nesta história.

Jameson apresenta o marxismo como fornecendo as categorias mais adequadas a esta tão necessária nova hermenêutica. Recusa a apresentação do marxismo como *mais* uma teoria da literatura, *mais* um método de rea-

lizar operações críticas (e nesse *mais um*, em pé de igualdade com a semiótica, o estruturalismo, a estilística ou a psicanálise ou qualquer das demais vertentes que, sucedendo-se e/ou superpondo-se uma à outra, constituem o panorama contemporâneo da teoria e da crítica da literatura). Mais do que dialogar ou interagir com outras tendências críticas, Jameson propõe que o marxismo as absorva: em vez de alternativo, o marxismo para Jameson é "horizonte que não pode ser ultrapassado, que subsume tais operações críticas aparentemente antagônicas ou incomensuráveis, atribuindo a elas indubitável validade setorial em seu interior [dele, marxismo], e assim, ao mesmo tempo, cancelando-as" e preservando-as (tradução minha p. 10 do original inglês)(3).

Subjaz, ou melhor, segue-se como conseqüência à proposta de historização de todos os códigos de interpretação este por assim dizer *batismo marxista* a que Jameson acaba submetendo as vertentes da teoria e da crítica literária contemporâneas. É nesta historização que todas elas, de uma forma ou de outra, tornam-se passíveis de terem suas categorias-chave inscritas no contexto do surgimento e fortalecimento do capitalismo, o que permite a Jameson elaborar, a partir daí, os argumentos de que carece para advogar em favor da crítica política.

O processo acima mencionado fica transparente numa pequena

passagem que trata das teorias freudianas, das quais Jameson faz a seguinte leitura: "Para se chegar a uma avaliação última da psicanálise, seria preciso historizar radicalmente o próprio freudismo e alcançar um ponto de reflexão a partir do qual as condições históricas e sociais de possibilidade tanto do método freudiano quanto de seus objetos de estudo possam ser consideradas (...) As condições de possibilidade da psicanálise tomam-se visíveis, poder-se-ia imaginar, apenas quando começamos a apreciar a extensão da fragmentação psíquica desde os inícios do capitalismo, com suas quantificações sistemáticas e a racionalização da experiência, sua reorganização instrumental do sujeito e do mundo exterior" (p. 56).

O processo se repete em várias passagens do livro. Como resultado, a relação que *O Inconsciente Político* estabelece com teorias da literatura contemporâneas, pela reescritura delas em categorias marxistas, torna-se uma relação de apropriação. Quase de antropofagia, descontada a marotagem oswaldiana, que obviamente não freqüenta estas sisudas páginas.

Preparado, assim, o terreno, Jameson adverte o leitor de que não faz parte de seu projeto uma exposição sistemática dos princípios da hermenêutica proposta, anunciando, em vez disso, a apresentação do método marxista de interpretação literária e cultural como propiciando um enriqueci-

3. U(...) Marxism is here conceived as that 'untranscendable horizon' that subsumes such apparently antagonistic or incommensurable critical operations, assigning them an undoubted sectoral validity within itself, and thus at once canceling and preserving them" (p. 10).

mento semântico do mais amplo contexto histórico no qual se inscrevem textos culturais: o contexto "da história agora concebida em seu sentido maior de seqüência de modos de produção e de sucessão e destino das várias formações sociais humanas, desde a vida pré-histórica a qualquer que seja o tipo de futuro que a história nos reserve" (tradução minha, p. 75 do original)(4).

O leve toque determinista, que a menção a uma história que *has in store (a far future, M.L.) for us* imprime à concepção de história em jogo, incomoda. Mas, apesar disso, vale assinalar a interessantíssima gradação de contextos nos quais a análise de Jameson propõe a inserção dos textos a serem analisados da perspectiva marxista: ele começa por ressaltar que sendo "a noção de contradição básica para qualquer análise cultural marxista" (p. 73), a leitura marxista de "textos literários ou culturais como atos simbólicos tem necessariamente de apreendê-los como resoluções de determinadas contradições", de forma que a "exigência metodológica de articular a contradição fundamental de um texto pode, então, ser vista como um teste de abrangência de análise" (p. 73).

No desenrolar da discussão, o texto de Jameson vai se tornando extremamente rico e sugestivo, ao incluir na argumentação reflexões aparentemente laterais, mas que desenham, no seu conjunto, a amplitude e diversidade dos caminhos pelos quais se monta

a argumentação do livro. Meio labirinticamente, o texto de Jameson vai semeando reflexões, que, abandonadas à própria sorte, se iluminam mais adiante, quando o autor as retoma, redireciona-as, eventualmente ressignifica-as.

É sobretudo nas encruzilhadas que a beleza do percurso se impõe, não obstante os riscos da patinação.

Uma das encruzilhadas mais sugestivas guarda fortes ecos bakhtinianos ao navegar pelas águas da dialogia: não da *dialogia intranarrativa*, mas da *dialogia internarrativa*, como se o conjunto de modalidades e gêneros narrativos em curso num determinado momento em uma dada sociedade constituísse um grande coro, arena de disputa do poder. Nisto, por exemplo, Jameson estabelece paralelo muito fecundo com a lingüística: sua noção de literatura aproxima-se bastante de noções de língua com que trabalham as mais abrangentes noções contemporâneas de sociolingüística, e que passam a limpo, por assim dizer, as possibilidades de diálogo entre estudos de literatura e estudos de língua.

Pois é claro que a aposta na forma, básica na teoria de Jameson, passa, necessariamente, pela reflexão sobre a linguagem. Mas não, evidentemente, por *qualquer* reflexão sobre a linguagem.

Para Jameson, a reflexão sobre a linguagem ocupou um livro publicado exatamente entre *Marxismo e Forma* e *O Inconsciente Político*. Em *The Pri-*

4. H(...) history now conceived in its vastest sense of the sequence of modes of production and the succession and destiny of the various human social formations, from prehistoric life to whatever far future history has in store for us" (p. 75).

son *House of Language* (1972, inédito no Brasil), Jameson faz um sofisticado balanço do então corrente entusiasmo com que teorias lingüísticas de extração formalista e estruturalista eram saudadas, sendo absolutamente convincente na rejeição delas. Se hoje está completamente desfeita a expectativa corrente nos anos 60 de que o microestruturalismo das oposições binárias em nível geralmente léxico e no máximo frásico patrocinaria a confluência dos estudos de literatura e os de língua, beneficiados aqueles da cientificidade apregoada por estes, Jameson ajudou a desfazer o equívoco.

Mas, o que é raro, ao desfazer-se do uso equivocado que se propunha para os estudos da linguagem na área dos estudos da literatura, o crítico não se desfez nem da linguagem, nem tampouco da necessária hipótese do parentesco entre linguagem e literatura.

Ao contrário: Jameson refaz o parentesco, ancorando-o agora na estrutura de uma prática social de linguagem, trazendo para primeiro plano, nos estudos da literatura, a operacionalidade de categorias há muito presentes nos estudos da linguagem, fundamentando, por exemplo, a interdisciplinaridade necessária dos estudos de língua/literatura na compreensão da natureza estrutural não mais de fenômenos da língua, mas de suas práticas sociais, seguramente arena de luta pelo poder.

É, assim, nesta direção, que aponta uma das mais sugestivas formulações de Jameson, a que afirma que "(...) por definição, os monumentos culturais e as obras-primas que sobre

viveram tendem necessariamente a perpetuar apenas uma única voz nesse diálogo de classes, a voz de uma classe hegemônica, eles não podem ocupar um lugar relacional no sistema dialógico sem a restauração ou reconstrução artificial da voz a que inicialmente se opunham, uma voz em grande parte abafada e reduzida ao silêncio, marginalizada, cujas palavras foram espalhadas pelo vento ou reintegradas na cultura hegemônica" (p. 78). Neste enovelado de diferentes modalidades narrativas, Jameson fornece elementos para uma eficiente e definitiva erosão do cânon literário.

Também de indisfarçável sotaque lingüístico é a noção de *ideologema* proposta por Jameson, em que ressoa tanto a noção saussureana de fonema como *unidade mínima* da linguagem, quanto a noção de *dupla articulação*.

É, de novo, a noção de *forma simbólica* que emerge da noção de ideologema, noção definida como "formação anfíbia cuja característica estrutural essencial pode ser descrita como sua possibilidade de se manifestar como pseudo-idéia - um sistema conceitual ou de crença, um valor abstrato, uma opinião ou um preconceito - ou como uma protonarrativa, uma espécie de fantasia de classe essencial com relação aos *personagens coletivos*, que são as classes em oposição (...) deve ser susceptível tanto a uma descrição conceitual como a uma manifestação narrativa, ambas ao mesmo tempo" (p. 80).

Assim concebida, a noção de ideologema pode cumprir, na instância da narrativa, o papel que na tradição lingüística saussuriana cumpre o fonema, unidade mínima. Fonema-

ideologema: parodiando o poeta, mais do que uma rima: talvez uma solução, pois aponta, no mínimo que articula, para o macro que simboliza.

Se num primeiro movimento de análise Jameson propõe contextos *de classe* como horizontes da crítica literária que se queira marxista, um outro movimento amplia tais horizontes, inscrevendo-os no maior deles: na perspectiva marxista, o do *modo de produção*: a "tarefa da análise cultural e social, assim construída neste horizonte final será, é claro, a reescritura de seus materiais de tal forma que essa perétua revolução cultural possa ser apreendida e lida como a estrutura constitutiva mais profunda e permanente em que os objetos textuais empíricos alcançam a inteligibilidade" (p. 89).

Aqui, um porém.

Mas de somenos.

Não obstante a ênfase que recebe na teoria jamesoniana o *modo de produção*, enquanto categoria marxista a contextualizar a crítica literária, esta parece uma categoria das menos elaboradas na tradição dos estudos materialistas sobre cultura. Esta lacuna eventualmente se explica, na tradição dos estudos literários, pela força *discursiva* de concepções idealistas da literatura, tradição esta que formata a linguagem disponível para falar-se de literatura, abrindo espaço, por exemplo, para curiosidades ideológicas, como o acima mencionado eco determinista inevitável na representação do *futuro* como *conjunto de modos de ser que a história guarda para nós*.

Da mesma forma, fica também devedor o recurso à escorregadia noção de modo de produção: quando a produção de que se fala não é a produção automobilística nem a hortifruti-granjeira, mas a produção cultural literária, de que produção se fala? de livros...? de textos...? de valor estético...? Porque é claro, dependendo *do que* se fala, concebe-se diferentemente seu modo de produção...

A persistência do incômodo que a discussão do modo de produção representa mesmo para perspectivas críticas evidentemente antiidealistas como a de Jameson talvez impeça, por exemplo, reflexões mais amplas, radicais e despreconceituosas relativas ao impacto da tecnologia sobre a literatura.

A percepção de tal impacto fulgura em alguns momentos n'O *Inconsciente Político*; entretanto, a discussão não parece avançar para além de fulgurações, como aquela, logo ao início, em que Jameson aponta a impropriedade do escândalo acadêmico (e letrado) de relacionar *fatores extrínsecos* (por exemplo, a questão técnica de substituição do romance em vários volumes pela forma mais barata do romance em um só volume) a *constituintes intrínsecos* (como rupturas formais, e estrutura de sentimentos) (cf. p.23).

A questão não será, antes, redimensionar o *extrínseco* e o *intrínseco*?

As aspas que pontilham a passagem são sugestivas tanto da consciência de Jameson das complexas operações semânticas necessárias à formulação de uma teoria nova, como, sobretudo, da consciência do *sotaque* que a operação semântica uma espécie

de rotação incompleta não consegue calar; é na paralisia do meio do caminho que a própria lição de Jameson ensina que talvez a operação necessária seja outra, talvez mais simples: escapar da ressemantização, já que num horizonte de interpretação cultural marxista não há *extrínseco* no universo das linguagens: ou, melhor dizendo, o exterior de uma linguagem é sempre *outra linguagem*, de forma que a necessária reflexão sobre *modos de produção* de objetos culturais, entre os quais incluem-se, sem destaque, os literários, não pode opor *extrínseco* a *intrínseco* de forma tradicional e estática.

Para romper a tradição de conservadorismo e estaticidade em que a discussão patina não basta proclamar a improcedência de seus impasses; é preciso, em vez disso, formular categorias que os superem. Categorias como *instituição* talvez sejam um caminho promissor: considerar a literatura como *instituição discursiva*, cuja existência social se dá mediante diferentes práticas, configuradas em diferentes instâncias, pode valer a pena...

...será que vale?

Se valer, vale sobretudo porque constitui um caminho já inscrito no percurso de Jameson, sobretudo no segundo capítulo onde, sob o título de "As narrativas mágicas", tendo por interlocutores Frye e Propp, ele retoma a noção de *gênero* como categoria importante do marxismo, concebendo os gêneros como "instituições essencialmente literárias ou contratos sociais entre um escritor e um público específico, cuja função

é especificar o uso correto de um determinado artefato cultural" (p. 107). Levada adiante, a discussão renderia. E, sobretudo, levada a seu extremo, impediria formulações bizarras que, no limite, voltam ao conteudismo, flagrado num relance, como o que reponta em nota de rodapé ao segundo capítulo, no qual Jameson apresenta *Grande Sertão: Veredas* como "curiosa variante brasileira *altamente literária* do western" (p. 151).

Mas isso, como diria a voz experiente do protagonista do *western*, são nonadas...

Os três capítulos subseqüentes tratam, respectivamente, de Balzac, de Gissing e de Conrad, de cujas narrativas Jameson se ocupa com maestria e sensibilidade, discutindo-as e discutindo, nestas discussões, suas hipóteses e teorias. Retomados e amarrados no capítulo final, pressupostos, premissas, hipóteses e análises tecem a conclusão que, ao propor um reconhecimento simultâneo das funções *ideológicas* e *utópicas* do texto artístico, parece constituir o patamar necessário para, daí em diante, os projetos de Jameson abandonarem a diacronia que, de uma forma ou de outra, acompanha sua produção desde *Marxismo e Forma* e concentrarem-se no pós-modernismo: *Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism* (Duke University Press, 1991) seguese a *O Inconsciente Político*.

É em *Postmodernism, or...* [ainda não traduzido no Brasil](5) que a análise de Jameson, ao voltar-se para

5. Em junho de 1985, o número 12 de *Novos Estudos Cebrap* publicou "Pós-modernidade e sociedade de consumo", tradução da conferência que Jameson proferiu em 1982 no Whitney Museum e que, ampliada, e com o título "Post Modernism and the Cultural Logic of Late Capitalism" foi publicada no número 146 da *New Left Review* (1984), origem do livro de 1991.

a arquitetura e para o cinema, dá outro salto qualitativo, pois abandona, no exercício da prática crítica, a hegemonia da literatura em face de outros objetos culturais, abandono este há algum tempo proposto pela melhor tradição marxista, de Raymond Williams a Terry Eagleton, compromisso que de certa forma se ratifica pela derradeira frase de *O Inconsciente Político* que postula a *práxis política* (...) enquanto *razão de ser do marxismo*, como contexto e horizonte último *dos estudos culturais marxistas* (p. 308).

É relativamente à *natureza* desta *práxis política* marxista na área de estudos culturais que se coloca uma última questão: como pode a militância (que é como estou entendendo a assumida noção de *práxis política*) exercer-se na opacidade às vezes inexpugnável deste texto de Jameson? Seus imensos parágrafos, construídos por igualmente imensos períodos, podem ser desalentadores. Alguns leitores, ao menos os como eu, sem uniforme nem carteirinha assinada, se não se perdem na leitura (e, perdidos, fecham o livro e vão à vida...) saem do texto com a desconfortável sensação de que não sabem bem se entenderam o que acabaram de ler...

Para um autor como Jameson, sensível a questões de forma, esta observação é procedente, sobretudo

porque, no prefácio a *Marxismo e Forma*(6), ele admite que independentemente de suas reservas quanto à estilística, "qualquer descrição concreta de um fenômeno literário ou filosófico - se é para ser realmente completa - tem, em última instância, a obrigação de atender à própria forma de cada frase, para dar conta de sua origem e formação" (p. 4). Exatamente neste texto apóia-se Terry Eagleton, no início de um instigante ensaio sobre a escritura jamesoniana(7) e que, muito embora não se ocupe de *O Inconsciente Político*, faz observações que parecem válidas *também* para esta obra. Após registrar a centralidade do estilo na obra de Jameson, e, depois de elogiar, de diferentes pontos de vista, resultado da drummondiana luta de Jameson com as palavras, atribui os tropeços do leitor à dupla natureza de *comentário* e de *crítica* do discurso jamesoniano. Ao arrematar, aponta as fontes européias e americanas do discurso de Jameson, sugerindo que "os recursos que Jameson agencia para evitar tanto a transparência anêmica da escrita anglo-americana quanto as obscuridades do discurso europeu, atingindo um discurso que é, ao mesmo tempo, espesso e lúcido" resultam num estilo que, nas palavras de Eagleton, "é menos cosmopolita do que despaisado"...(8)

6. Jameson, F. *Marxism and Form* (twentieth-century dialectical theories of literature) [1a ed. 1971], Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1974. No meu texto, as referências são feitas à tradução brasileira desta obra (*Marxismo e Forma: Teorias Dialéticas da Literatura no Século XX*, São Paulo, Hucitec, 1975, tradução de Iumna Maria Simon, Ismail Xavier e Fernando Oliboni), à qual corresponde a indicação do número das páginas, feita no texto entre parênteses.

7. Eagleton, T., "Frederic Jameson: The Politics of Style", in *Against the Grain: Selected Essays* (1975-1985), Londres, Verso, 1985.

8. "(...) he avoids both the anaemic transparency of Anglo American writing and the obscurities of European style, achieving a discourse which is paradoxally both thick and lucid. Jameson's style is less cosmopolitan than homeless (Eagleton, T., "Frederic Jameson: The Politics of Style", op. cit, p. 68).

-

É, assim, nesta deixa que pega carona a observação acima, embora correndo o risco de não encontrar interlocutores, dado que a tradução brasileira disponível acrescenta aos conglomerados mais intransponíveis do original inglês soluções vernáculas às vezes discutíveis.

No já mencionado prefácio, Jameson defende-se de antemão das queixas de um leitor impertinente como eu, desqualificando expectativas de clareza e simplicidade, que, segundo ele, poderiam ter "a intenção de fazer o leitor passar rapidamente por uma frase, de tal modo que ele pudesse saudar uma idéia pronta sem esforço, de passagem, sem suspeitar que o pensamento verdadeiro exige uma descida à materialidade da linguagem e uma conformidade com o próprio tempo na forma da frase? Na linguagem de Adorno - talvez a mais fina inteligência dialética, o mais fino estilista deles todos - a densidade é ela mesma um conduto de intransigência: a massa áspera de abstrações e de referências cruzadas é destinada, precisamente, a ser lida em situação,

contra a facilidade barata daquilo que a circunda, como um aviso ao leitor do preço que ele tem de pagar pelo pensamento genuíno" (p. 4).

Será que a maternidade da linguagem e a conformidade com o próprio tempo precisam maltratar tanto o leitor?

O argumento de autoridade que incluir Adorno na discussão não deve calar a discussão. Quais os limites da densidade e da obscuridade? Da complexidade e da ilegibilidade? Tantos abstratos, é claro, só fazem sentido quando situacionalizados, isto é, *densidade, obscuridade, complexidade e ilegibilidade* não existem em si mesmas, são categorias sempre relativas, e relativas, sobretudo, à circulação prevista para os textos passíveis de à luz delas serem avaliados. Nesse sentido, seria interessante pôr lado a lado Jameson e Raymond Williams, Adorno e Brecht, e repensar a questão a partir da práxis política textual de cada um deles.

Mais nonadas? Pão ou pães, questão de opiniões, lembra Mestre Guima...

Fica para os leitores conferirem.

Le Mouvement Social,
na 62, "Syndicats d'Europe",
organizado por Jacques Freyssinet,
jan.-mar. 1993, 160 p.

CLÁUDIO BATALHA

(professor do Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas)

Quais as dificuldades, os desafios,
as tendências do sindicalismo na
Europa dos últimos anos e num futuro
próximo, que começa a se delinear

com o Tratado de Maastricht? São algumas das questões abordadas nos artigos que compõem este número da revista francesa *Le Mouvement Social*.

Le Mouvement Social é a mais importante revista especializada francesa a tratar da história do trabalho, tema que domina - ainda que não seja o único abordado - os números publicados desde sua origem. A revista surge em 1960, quando substitui o boletim do Instituto Francês de História Social, que tinha por título *L'Actualité de l'Histoire*, e nos anos seguintes se torna autônoma em relação ao Instituto. Este número da revista mostra a sua abertura para a discussão de temas da atualidade e sua vocação interdisciplinar, com as colaborações de economistas, sociólogos, cientistas políticos e especialistas de teoria da administração de empresas. E foi organizado no âmbito de um seminário regular dedicado às comparações internacionais sobre o sindicalismo e as relações de trabalho, que tem lugar desde 1990 no Institut de Recherches Économiques et Sociales - IRES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais) de Paris.

Particularmente na última década o capitalismo na Europa Ocidental passou por um processo acentuado de mudanças. Mudanças que já vinham sendo delineadas anteriormente, mas que foram consideravelmente facilitadas com a ascensão de governos conservadores ou, como no caso francês e espanhol, de governos socialistas igualmente dispostos a implementar políticas neoliberais. Desse modo países como a França e a Grã-Bretanha

foram submetidos a políticas eufemisticamente batizadas de "reestruturação industrial", que nada mais eram em termos marxistas - que mudanças na composição orgânica do capital, com o aumento do capital constante e a diminuição do capital variável. Isto é, essas políticas significaram o dismantelamento de setores considerados pouco rentáveis e anacrônicos (minas de carvão, estaleiros navais, siderurgia etc.), a privatização de empresas públicas, uma crescente integração (leia-se dependência) dessas economias ao mercado internacional, e alterações no processo de produção com inovações como a robotização e a terceirização nos setores ainda considerados rentáveis e modernos. Ainda serão precisos alguns anos para se ter uma dimensão exata do alcance e do efetivo custo social dessas políticas, cuja implantação, aliás, não ocorreu sem resistência, que pode ser ilustrada pela longa, heróica e trágica greve dos mineiros britânicos em 1983 e os múltiplos conflitos com ocupações de fábricas e enfrentamentos entre metalúrgicos e a polícia ocorridos nos anos 80 na Lorena, até então uma das principais regiões siderúrgicas da França. Se a classe operária como classe não está desaparecendo, os setores que mais marcaram essa classe ao longo do século XX têm dificuldades para sobreviver. Essas mudanças, aliadas ao desemprego que provocaram e à incapacidade dos sindicatos em combatê-las, contribuem para aumentar as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical, que tem sua dimensão mais visível na queda das taxas de sindicalização.

Não é de hoje que o processo de dessindicalização vem sendo verificado na Europa Ocidental. O artigo do holandês Jelle Visser que trata do tema mostra que, com exceção da Suécia e da Finlândia, em quase todos os países (não são fornecidos dados quantitativos com respeito à Grécia, a Portugal e à Espanha) ocorreu uma queda nas taxas de sindicalização entre 1970 e 1989, tendência ainda mais forte no período 1980-89. A França se destaca como o caso em que esse processo ocorreu de forma mais acentuada, passando de 21,5% de sindicalizados em 1970 para 10,2% em 1989, o mais baixo índice de sindicalização entre os países industrializados, ficando abaixo inclusive dos Estados Unidos, que nesse mesmo período passou de 28,3% para 15,6%. Visser em seu artigo destaca as mudanças operadas na composição social dos sindicalizados nos últimos quarenta anos, com a diminuição da participação dos trabalhadores manuais e do operariado industrial no total de sindicalizados e o crescimento do funcionalismo público (que na maioria dos países se tornam os sindicatos com maior número de associados), e dos membros dos sindicatos da agricultura, da construção civil e dos serviços públicos. Além disso fatores como o aumento da participação dos trabalhadores aposentados entre os sindicalizados têm contribuído para mudanças nas prioridades dos sindicatos. Entretanto não houve um crescimento da sindicalização das mulheres, dos empregados em escritórios, dos empregados do comércio e dos trabalhadores a tempo parcial, proporcional ao crescimento

dessas categorias e setores. Por último, Visser não incorre no erro comum a esse tipo de análise comparativa, que é o de deixar de lado o que há de específico em cada caso nacional ou setor de atividade, ao apontar para as diferenças de país para país, inclusive entre as causas da dessindicalização. Ressalta que as taxas de sindicalização nem sempre refletem a efetiva capacidade de mobilização e de poder institucional, e, ainda, que pertencer a um sindicato não implica o mesmo significado, as mesmas dificuldades, os mesmos custos, ou os mesmos deveres em todos os lugares.

O processo de criação de um mercado único englobando relações de assalariamento heterogêneas, como aponta Jean Freyssinet no editorial da revista, suscita questões relativas à capacidade dos sindicatos europeus de desenvolverem ações e constituírem organizações transnacionais. Mais uma vez, ficou claro que essa questão já deixou de ser uma possibilidade puramente teórica, com o exemplo recente do movimento grevista que eclodiu em diversas categorias em vários países no mesmo momento durante o primeiro semestre deste ano. As tentativas de europeização do movimento sindical e, particularmente, o caso da Confederação Européia dos Sindicatos (CES), organização fundada em 1973 de orientação predominantemente social-democrata e a primeira a moldar-se à realidade da CEE, confederação essa que hoje reúne quarenta centrais sindicais de 21 países (entre as quais a poderosa DGR alemã, a TUC inglesa e as italianas CISL e UIL), são o objeto de análise

do artigo assinado pelos cientistas políticos franceses Guy Groux, René Mouriaux e Jean Marie Pémot, ligados à *Fondation Nationale de Sciences Politiques* (FNSP) de Paris.

Dois outros artigos compõem o volume. Um de Udo Rehfeldt, pesquisador do IRES, sobre a política dos sindicatos europeus diante da transnacionalização das empresas, e das tentativas frustradas de regulamentar a representação e a participação dos trabalhadores nessas empresas mediante a negociação coletiva e uma legislação européia. O outro de Isabel da Costa e de Annie Garanto, respectivamente especialista em estudos sobre o emprego e professora de administração de empresas da Universidade de Paris X - Nanterre, artigo que busca verificar as conexões entre a sindicalização e as empresas japonesas na Europa; e desmente a visão corrente de que haveria uma ligação direta entre o "toyotismo" e uma baixa taxa de sindicalização.

Esse número da revista *Le Mouvement Social* conta, além do editorial do organizador e dos quatro artigos mencionados, com várias resenhas de obras publicadas que tratam dos temas abordados, resenhas escritas tanto pelos autores dos artigos que compõem este número como por outros colaboradores.

O leitor não encontrará neste número de *Le Mouvement Social* uma crítica do capitalismo europeu contemporâneo, tampouco encontrará uma análise global do processo atravessado pelo sindicalismo europeu em função das políticas de "reestruturação industrial", nem são esses os objetivos a que os autores e o organizador se propõem. O editorial assinado por Jean Freyssinet, que tem por título "Sindicalismos na Europa", é o artigo que mais diretamente lida com as grandes questões enfrentadas pelo sindicalismo europeu ao apontar algumas das principais tendências, mas não tem a intenção ou as condições de desenvolver uma análise detalhada. Os demais artigos tratam de algumas das questões enfrentadas pelo sindicalismo europeu, não de todas, e por vezes partem de uma base empírica limitada, caso do artigo de Isabel Costa e Annie Garanto, sobre as empresas japonesas e o sindicalismo na Europa, que tem por base uma pesquisa que inclui apenas a França e a Espanha. Malgrado, essas limitações, de certo modo inevitáveis numa publicação com essas características, esse número de *Le Mouvement Social* é uma importante contribuição para o entendimento da situação vivida pelo sindicalismo europeu na atualidade, seus impasses e suas perspectivas.

RICARDO ANTUNES (professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp)

Estamos diante de um livro de fortíssimo impacto. Parece-nos difícil resenhá-lo na medida em que ele é, por um lado, altamente convincente, vigoroso, ousado, explosivo, denso, analítico, contestador e, por outro lado, problemático, por vezes impressionista, quase jornalístico e em alguns momentos insuficiente. Mas a sua dimensão primeira, de alta positividade, é muito superior à segunda. O que o torna um livro *privilegiado*, como poucos nesta época de conformismo e resignação quase absolutos, de encantamento com os valores do mercado, do capital, da produtividade, da institucionalidade, da ordem, das *indeterminações*, dos *estranhamentos*, das fetichizações, do fim da história e de tantas outras manifestações da *irratio* dominante.

O livro defende com enorme vigor e força uma tese central: a derrocada do Leste Europeu e dos chamados países socialistas não foi expressão da vitória do capitalismo e do Ocidente, mas a manifestação de uma *crise particular* que agora fura o coração do sistema mundial produtor de mercadorias. Foi, portanto, um momento de uma dada *processualidade*, da crise global do

Robert Kurz

O Colapso da Modernização (Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, 244 pp.

capital, que se iniciou pelo Terceiro Mundo, atingiu de maneira arrasadora o Leste Europeu e agora penetra agudamente *no centro* do modo de produção de mercadorias e da sociedade do trabalho *abstrato*. Nas palavras do autor: "O 'mercado planejado' do Leste (...) não eliminou as categorias do mercado. Conseqüentemente aparecem no socialismo real todas as categorias fundamentais do capitalismo: salário, preço e lucro (ganho da empresa). E quanto ao princípio básico do trabalho abstrato, este não se limitou a adotá-lo, como também levou-o ao extremo" (p. 29).

Os países do Leste eram parte "do próprio sistema produtor de mercadorias", constituindo-se numa *variante* deste e nunca em algo efetivamente novo e socialista. Aqueles que partem do *estatismo* existente no Leste para diferenciá-lo do capitalismo desconsideram que a formação social capitalista, em vários momentos, recorreu ao Estado para constituir-se e consolidar-se. O mercantilismo, a era Bismarck e o intervencionismo keynesiano são exemplos, sempre segundo o autor, desta recorrência. Sugestivo e altamente provocativo nas indicações e ilações teóricas, mas também enormemente *a-histórico*, Kurz procura mostrar como o "estatismo do socialismo real" encontra em verdade muita simi-

litude com o Estado racional burguês de Fichte. E até mesmo com o mercantilismo... Mercado planejado, direito ao trabalho e monopólio estatal do comércio exterior, presentes no "socialismo real", "foram pré-formulados pelo próprio capitalismo e por seus ideólogos progressistas à beira da industrialização; não são estranhos, em sua essência, ao capital ou ao sistema produtor de mercadorias, mas sim, características estruturais do nascimento histórico desses últimos" (p. 42). O culto do trabalho *abstrato*, levado ao limite no Leste, mostra como a crítica marxiana do fetichismo foi absolutamente desconsiderada, "eliminada e empurrada para um além teórico e histórico, difamada como nebulosa, ou degradada a um fenômeno mental puramente subjetivo" (p. 48).

Sem romper na interioridade com a lógica do sistema produtor de mercadorias, a "crise da sociedade de trabalho do socialismo real marca a crise iminente da moderna sociedade do trabalho em geral, e isso precisamente *porque* os mecanismos de concorrência tiveram tanto êxito e minaram e debilitaram de fato os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Faz parte da lógica desse sistema o fato de que os seus componentes mais fracos, no que se refere à produtividade e ao entrelaçamento, são os primeiros a cair no abismo de colapso do sistema..." (p. 90). Superadas as lacunas do texto da edição brasileira, que carece de imediata e imprescindível revisão, percebe-se nesta última citação que o autor entende a crise da modernidade em sua dimensão globalizada. Sem o princípio da concorrência, absoluta-

mente improdutivo e obsoleto no desenvolvimento tecnológico, o Leste viu germinar, simultaneamente, uma sociedade de escassez e desperdício. Quando o Ocidente vivenciou, nas décadas de 70 e 80, um significativo surto tecnológico, por meio da microeletrônica, a concorrência e a lógica do sistema mundial produtor de mercadorias acabaram por levar ao colapso terminal do "socialismo real", que "tinha que fracassar em sua própria irracionalidade interna, na forma-mercadoria levada ao extremo do absurdo e na relação insustentável com o exterior..." (p. 152). Desse modo, a transição pós-89, vivenciada pela URSS e pelo Leste, assemelha-os não com o Ocidente avançado, mas com uma realidade mais próxima do Terceiro Mundo. Este, na outra ponta da crise global do sistema produtor de mercadorias, já se constitui naquilo que o autor chama de "sociedades pós-catastróficas": " (...) o Terceiro Mundo ou já fracassou em sua tentativa de modernização (...) ou, no melhor dos casos, encontrou um *status* precário, no papel de países ascendentes, que permanece exposto à espada de Dâmocles do mercado mundial e, mesmo assim, já não permite um desenvolvimento interno da sociedade inteira" (p. 176). As raríssimas exceções não fracassadas da "industrialização para a exportação", presenciada em alguns países asiáticos como Coréia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, permanecem numa "dependência precária dos países ocidentais" e não têm vivenciado, até agora, o desenvolvimento de um mercado interno que dê fundamento a estes projetos

industriais, além de serem em sua maioria países pequenos, insulares, cujos projetos são irrealizáveis em países continentais. "A estrutura industrial insular que é capaz de concorrer no mercado mundial está unilateralmente orientada para a exportação, e o mercado interno não pode ser desenvolvido suficientemente porque a industrialização para a exportação, aparentemente bem-sucedida, não pode gerar, em virtude de sua alta intensidade de capital, o volume suficiente de capacidade aquisitiva interna; o fator decisivo nesse processo não é o salário baixo, mas sim a incapacidade destas produções altamente automatizadas de absorver massas suficientes de mão-de-obra" (p. 176). Kurz só pode visualizar, para o Terceiro Mundo, rebeliões sociais, movimentos inspirados no fundamentalismo etc. sujeitos sempre à intervenção de um "poder policial internacional" respaldado pela ONU. Tendo perdido seu papel de fornecedor de força de trabalho sub-remunerada e abundante para o capital produtivo, estes países, fora do embate tecnológico em que se encontra o centro, são expressão viva e real da outra ponta do *colapso*. Sua conclusão é aguda: "A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos do Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente" (p. 206). A mesma lógica desigual que regulou as relações entre os países centrais e do Terceiro Mundo penetra no *interior* do Ocidente: "O que marca a próxima fase é que regiões inteiras estão 'caindo fora', morrendo em seu

papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados mundiais e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade". E o autor está se referindo, aqui, aos países do centro. Os EUA e a Inglaterra "estão dissipando seus próprios recursos de capital monetário em um *consumo improdutivo a nível de potências mundiais*", consumo que não poderiam praticar há muito tempo (p. 211). Japão e Alemanha, os "vitoriosos", não têm como escapar desta lógica destrutiva que os movimenta: estão financiando, "há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE, que de fato foram derrotadas na concorrência, os recursos necessários para a continuação da inundação com mercadorias importadas. Somente por isso, as economias perdedoras dentro da OCDE ainda não tomaram o rumo das sociedades pós-catastróficas do Sul e do Leste, porém à custa de acumularem verdadeiras montanhas de dívidas impagáveis" (p. 213). A conclusão do autor é direta: estamos entrando numa *era das trevas*, de conseqüências imprevisíveis. E, "uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo (...) ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do 'trabalho', da 'classe trabalhadora', ou da 'luta das classes trabalhadoras' ". O marxismo (e junto com ele o movimento operário) é "parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso

atingido ele próprio pela crise" (p. 227). Apesar do enorme resgate que Kurz faz das formulações marxianas, neste ponto aparece a sua única (e forte) crítica: "Sem dúvida, revela-se aqui um dilema até hoje insuperado no centro da teoria de Marx. A afirmação do movimento operário (...) é na verdade inconciliável com a sua própria crítica da economia política, que desmascara precisamente aquela classe trabalhadora não como categoria ontológica, mas sim como categoria social constituída, por sua vez, pelo capital" (p. 71). O movimento operário, segundo Kurz, conduziu à emancipação *capitalista* dos trabalhadores, mas não é o *sujeito* capaz de levá-lo à emancipação *social*. E, com outra tese provocativa e ousada, finaliza seu ensaio: "O comunismo, supostamente fracassado, que é confundido com as sociedades em colapso da modernização recuperadora, não é nem utopia nem um objetivo distante, jamais alcançável, muito além da realidade, mas sim um fenômeno *já presente*, o mais próximo que encontramos na realidade, ainda que na forma *errada* e *negativa*, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, na forma de um *comunismo das coisas*, como entrelaçamento global do conteúdo da reprodução humana" (p. 228). Na impossibilidade e inexistência de um sujeito coletivo capaz de superar a crise, no universo do mundo do trabalho, Kurz esboça sua proposição: toma-se necessária a busca de "uma *razão sensível*, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada à forma-mercadoria" (p. 232). Esta crí-

tica radical "teria de se emancipar completamente de suas idéias anteriores, já obsoletas" e para a qual a "esquerda, com todos os seus matizes, mostra-se completamente incapaz de dar uma resposta à crise" (pp. 226-7).

Trata-se, como procuramos mostrar, nestas páginas em que perseguimos a *imanência* do texto, de um ensaio ousado, rico, provocativo, contundente, polêmico e *problemático*. Texto no qual a prioridade é do *ontológico*, e a apreensão da lógica do objeto - a crise *contemporânea* do sistema produtor de mercadorias, do capitalismo - é perseguida em seus nexos essenciais e *totalizantes*. Pode-se dizer, sinteticamente, que *suas formulações acertam* no essencial, no *diagnóstico* da crise do capital dos nossos dias e *falham* nas visualizações, nas proposições, no modo de caminhar *para além do capital*. Talvez seja demais, nos dias de hoje, exigir tanto. Afinal, apontar o capitalismo como derrotado a partir da análise do desmoronamento do Leste Europeu não é pouco nem usual. E resgatar vigorosamente e sugestivamente a crítica da economia política de Marx para demonstrá-lo, é ainda mais incomum. Um livro que provoca e nos faz refletir e *repensar, pela esquerda*, sobre tantos pontos "inquestionáveis", também é outro forte mérito. Gostaria de concluir, entretanto, apontando *alguns* dos problemas que sua leitura suscita.

Primeira crítica: na recuperação ontológica do objeto, Kurz *suprimiu* a dimensão, decisiva em Marx, da *subjetividade*. Os seres e personagens do

capital e do trabalho são epifenômenos de uma lógica dada por um objetivismo férreo. Neste ponto, e inspirado no *tom* provocativo do texto, parece-nos que o materialismo de Kurz é mais próximo de Feuerbach do que de Marx. Vale lembrar a *primeira tese* sobre Feuerbach: o principal defeito de todo o materialismo até aqui (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade só é apreendida sob a forma de *objeto ou de intuição*, mas não como *atividade humana sensível*, como *praxis*, não subjetivamente (Marx, "Teses sobre Feuerbach"). A lacuna que Kurz atribui a Marx é, em verdade, uma lacuna de Kurz: o seu entendimento do *fetichismo* como quase integral, insolúvel e irremovível obsta a existência ativa e a resistência efetiva dos sujeitos. Kurz aqui paga um preço desnecessário aos críticos da *sociedade do trabalho*, da qual ele tanto se aproxima como se diferencia. Próximo de Habermas (e por tabela de Gorz e Offe), Kurz se insere no universo dos críticos da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Com uma significativa diferença: para ele, trata-se de eliminar a centralidade do *trabalho abstrato*, coisa feita também por Marx desde os estudos preparatórios para os *Manuscritos de 1844*. Porém, para Marx era imprescindível o resgate da dimensão *concreta* do trabalho, enquanto *atividade vital*, enquanto fonte criadora de *valores de uso socialmente necessários*, enquanto *protoforma* da atividade humana, para lembrar o *velho Lukács*. Kurz não é suficientemente claro a este respeito (o que é uma lacuna), mas sugere, num parágrafo,

uma pista relevante: "*A sociedade do trabalho* como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e o conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho" (p. 26). Apesar desta referência, Kurz parece ainda tributário, em alguma dimensão, dos adeptos da *crise da sociedade do trabalho*. Para sermos claros: uma coisa é o esgotamento da sociedade do trabalho *abstrato*. Outra, bem diferente, é a crítica que recusa um projeto societário que conceba o *trabalho* como *criador de valores de uso*, na sua *dimensão concreta*, como *atividade vital, desfetichizada*, como *ponto de partida* (e não de chegada) para a *omnilateralidade humana*.

Kurz centra toda a sua análise na prevalência da produção generalizada e destrutiva de mercadorias e na conseqüente teoria marxiana do valor-trabalho; uma vez que se reafirma contemporaneamente esta tese (o que é outro enorme mérito do livro), parece muito difícil negar a *existência objetiva* da contradição no interior do processo de valorização do capital. De modo que a luta objetiva entre a *totalidade do trabalho social* e a *totalidade do capital* não contradita a crítica marxiana da economia política, mas lhe é absolutamente essencial. Não são "duas lógicas históricas completamente diferentes", como quer Kurz, mas momentos intrínsecos de uma *mesma lógica*, da classe que cria valores e que exatamente por isso tem a *possibili-*

lidade de antagonizar-se ante o capital, de rebelar-se. Se a teoria do valor-trabalho é validada, a *luta de classes* é consequência inevitável daquela. Esta foi, inclusive, uma das aquisições ontológicas centrais do Marx que, na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (1844)*, concebia *preliminarmente* o proletariado como a "classe com cadeias radicais", e que posteriormente apreendeu o proletariado como a "mercadoria-força de trabalho que cria valores" e que vi vencia por isso a possibilidade real da contradição perante o capital. O ponto essencial remete a discussão para o universo das limitações *subjetivas* do mundo do trabalho, campo temático que, como vimos, Kurz recusa.

A sua crítica de que o movimento operário, neste século, esteve em grande medida atado à luta no universo da sociedade de mercadorias é rica e em boa medida verdadeira. Basta pensar nas enormes limitações da chamada esquerda tradicional. Mas não deveria permitir a Kurz chegar onde chegou: na ausência absoluta de sujeitos. Para Marx sempre foi muito claro que "o proletariado está obrigado a abolir-se a si mesmo", se de fato pretende a superação da sociedade do capital (Marx, "A Sagrada Família"). Desse modo, e se se quer ficar no essencial da discussão que Kurz suscita, a *classe-que-vive-do-trabalho* não esta *objetivamente* incapacitada para superar o capitalismo (como quer Kurz), mas somente poderá vir a fazê-lo se sua *autoconsciência* incorporar como momento *decisivo* a *auto-abolição de si mesma como classe*, o *momento do gênero-para-si*. O que, reconhecemos, é uma tarefa monu-

mental, e para a qual só uma *esquerda social, renovada, crítica e radical, de nítida inspiração marxiana*, forjada no interior do mundo do trabalho poderá, em nosso entendimento, implementar. A esquerda tradicional (do "marxismo" da era staliniana e stalinista) e a esquerda social-democrática estão, ambas, impossibilitadas para esta empreitada.

Segunda crítica: a assimilação entre Leste e Ocidente, se é verdade no que diz respeito a que ambos inseriam-se no universo do sistema produtor de mercadorias, não deve permitir uma *identificação tão plena* entre o que ocorreu nos países pós-capitalistas e os capitalistas. No debate presente neste número da *Crítica Marxista*, indicamos algo a respeito desta discussão. Não é por acaso que Kurz fala em "socialismo de caserna", "socialismo real", "regime protocapitalista", "sociedades capitalistas", "regime transitório pré-burguês", "mercantilismo tardio", entre outras denominações. Convenhamos, é muita imprecisão conceitual. Cremos que a Revolução Russa não foi burguesa em sua origem, como quer Kurz, mas pouco a pouco viu sua processualidade curvar-se cada vez mais à lógica mundial do capital. E aqui também Kurz auxilia, e muito, na reafirmação e demonstração desta tese.

Terceira crítica: Kurz tem boa dose de razão ao atar o marxismo do século XX à tragédia do Leste Europeu. *Mas exagera*, e por diversas vezes equivoca-se. Cito só dois exemplos: dizer que "Trotsky, em primeiro lugar, poderia ter-se tomado outro Stalin" (p. 50) só é aceitável quando o

»

império da objetividade é de tal tamanho, que suprime toda a dimensão *subjetiva*. De novo Kurz está muito mais próximo de Feuerbach do que de Marx. Do mesmo modo quando diz que nada se salva do chamado marxismo ocidental, "abstraindo-se algumas iniciativas isoladas, pouco claras e sem maior resultado". Este acabou sendo responsável pela "ausência de uma crítica do fetichismo" (p. 49). Da *coisificação* presente em *História e Consciência de Classe* até a *vigorosa teoria do estranhamento* encontrada na *Ontologia do Ser Social*, não foi outro o empreendimento enorme de Lukács, que pode até mesmo ter, para os seus críticos, muitas lacunas, mas por certo não foi "pouco clara e sem maior resultado". O mesmo poderia ser dito de Gramsci, que revigorou o marxismo contemporâneo, porque entendeu a dimensão *subjetiva*, a *mediação* política, a dimensão emancipadora da cultura etc. não como epifenômenos redutíveis a um objetivismo férreo. Neste capítulo Kurz é por demais entendendo-a como *mediação*, como faz Marx, não é desconsiderá-la, como faz Kurz, ou tratá-la como mero epifenômeno.

Último ponto: Kurz redesenha o *colapso* da sociedade produtora de mercadoria-dinheiro. E não vê uma saída *emancipadora* impulsionada pelas forças do *trabalho*, como também parece não considerar a hipótese de uma (re)ação *conservadora* das forças burguesas visando minimizar a crise e desse modo prolongar a sociabilidade regida pelo capital. Cremos, ao contrário, que ambas as alternativas se colocam: uma, a *reação do capital*, para tentar *amenizar a era das trevas*,

e, não deixar, com ela, desmoronar o *admirável mundo* do dinheiro. Evidentemente, para citar um único exemplo, o desemprego estrutural ampliado converte-se em um *problema* para os *sujeitos do capital* quando acarreta uma depressão acentuada do *mercado consumidor* a ponto de comprometer a integralização do processo de valorização do capital. A outra, a *ação do trabalho*, porque sob a ruína de uma experiência tentada e desastrosa, que foi a experiência do Leste, poderá talvez pela primeira vez neste século olhar para o Ocidente e para o mundo, e vê-lo sendo minado por sua própria lógica destrutiva. E ousar, de maneira crítica, renovada e radical, avançando para *além do capital*, lançando, "mais cedo ou mais tarde, o tabuleiro no chão" e dispensando "todas as regras da chamada civilização mundial", uma vez que "essas regras democráticas da razão mundial burguesa e iluminista são em sua essência abstratas e insensíveis, pois seu verdadeiro fundamento é o automovimento do dinheiro, abstrato e privado de sensibilidade..." (p. 199). E o livro de Robert Kurz é um alento e uma reflexão viva nesta direção, inconformado e anticapitalista que é, contraditando em alguma medida até mesmo uma de suas formulações, visto que se constitui numa expressiva reflexão e resposta de uma *subjetividade* que não se subordinou aos valores do capital e aos *estranhamentos* hoje tantas vezes cultuados, escrevendo um contundente ensaio contra a lógica e os mecanismos atuais da sociabilidade do capital. O que o torna um dos livros de maior impacto dos últimos anos.